

**AGÊNCIA DE FOMENTO DE ALAGOAS S/A  
(DESENVOLVE)**

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES  
Semestre findo em 31 de dezembro de 2016**

**AGÊNCIA DE FOMENTO DE ALAGOAS S/A  
(DESENVOLVE)**

**RELATÓRIO DE AUDITORIA**

**Semestre findo em 31 de dezembro de 2016**

**Conteúdo:**

✓ Apresentação.....	pág. 04
✓ Metodologia do Trabalho.....	pág. 06
✓ Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras do semestre findo em 31 de dezembro de 2016.....	pág. 08
✓ Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas.....	pág. 12

# AGÊNCIA DE FOMENTO DE ALAGOAS S/A (DESENVOLVE)

## RELATÓRIO DE AUDITORIA

Semestre findo em 31 de dezembro de 2016

### CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

---

(1.1) Com vistas à execução dos trabalhos referente à auditoria independente, voltada ao exame das demonstrações financeiras findas em **31 de dezembro de 2016**, informamos que a sede da **AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE ALAGOAS S/A** foi visitada, e analisamos os documentos no período de **08 de fevereiro a 15 de março de 2017**.

(1.2) Os trabalhos foram realizados segundo padrões usuais de auditoria, incluindo, conforme o caso, aplicação de testes e exames sobre as operações, livros, registros, documentos e posições contábeis e auxiliares em geral numa base seletiva, na extensão e profundidade julgadas necessárias nas circunstâncias.

## ✓ Apresentação

## APRESENTAÇÃO

---

### Empresa de Auditoria

---

Razão Social: **CONVICTA - Auditores Independentes S/S**

Endereço: Rua Santos Pacheco, 256, Centro, Maceio - Alagoas  
Fones: +55 82 3221-3799 | 3336-5479

Inscrições: CNPJ: 03.061.922/0001-05  
CRC/AL: 196 - CVM: 7.706  
CVM / BACEN / SUSEP / OCB / IBRACON / IIA Brasil

Responsável Técnico: Carlos Henrique do Nascimento  
Contador - CRC/AL 3.376 | CNAI 594

---

### Entidade Auditada

---

Razão Social: **AGÊNCIA DE FOMENTO DE ALAGOAS S/A**

Endereço: Rua Dr. Antonio Cansanção, 465, Ponta Verde, Cep:  
57.035-190, Maceió, Alagoas

Inscrição: CNPJ: 10.769.660/0001-95

Diretor Presidente: Rafael de Goés Brito

Contador: Sandra Gonçalves Bispo Tenório  
CRC/AL - 4699/O-6

---

## ✓ Metodologia do Trabalho

## **METODOLOGIA DO TRABALHO**

---

Os trabalhos foram realizados em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) aplicáveis à auditoria independente, instituídas pelas Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e em consonância com a legislação vigente, envolvendo a análise das operações, realizadas juntamente com seus respectivos registros contábeis, através da documentação probante e outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias, em grau e profundidade suficiente à emissão do relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

Utilizamos os procedimentos representativos da técnica de seleção de amostragens indicada para esse tipo de trabalho, inclusive efetuando a análise de controles internos existentes na Instituição.

Nosso trabalho foi desenvolvido obedecendo uma linha de ação sequenciada, tendo como objetivo precípuo a constatação do atendimento das finalidades, conforme exposto a seguir:

- a) Planejamento dos trabalhos de auditoria;
- b) Contato com os responsáveis pelas áreas: contábil, administrativa e financeira, envolvidos com a movimentação dos recursos, registros contábeis e outros documentos, para um melhor entendimento das operações realizadas;
- c) Conhecimento e análise das transações praticadas, com a finalidade de conhecer os principais fluxos de documentos e informações, bem como as funções básicas de seus controles internos, operacionais e contábeis;
- d) Avaliação e mensuração dos sistemas de controles internos utilizados, visando a constatação de sua segurança, principalmente, no tocante a existência da segregação de funções e responsabilidades;
- e) Testes das transações escrituradas na contabilidade, com base nos relatórios e demonstrativos contábeis, a fim de avaliar a sua consistência e o cumprimento dos contratos, normas e dispositivos legais;
- f) Quantificação e avaliação realizadas sobre os saldos das rubricas integrantes das demonstrações financeiras, visando, com base nos resultados das constatações, apresentar este relatório, expressando nossa opinião sobre as demonstrações financeiras; e
- g) Avaliação da base contábil de continuidade operacional usada pela Administração.

✓ **Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras findas no 2º Semestre de 2016**



## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

---

Ao  
Conselho de Administração e aos Acionistas da  
**AGÊNCIA DE FOMENTO DE ALAGOAS S/A (DESENVOLVE)**  
Maceió - Alagoas

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **AGÊNCIA DE FOMENTO DE ALAGOAS S/A (DESENVOLVE)**, que compreendem o balanço patrimonial, em **31 de dezembro de 2016**, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **AGÊNCIA DE FOMENTO DE ALAGOAS S/A**, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à **DESENVOLVE**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

#### Receitas de Aplicações Financeiras de Convênios e Subvenção Governamental

Chamamos à atenção para a nota explicativa 4, item "b.4", às demonstrações financeiras, da **DESENVOLVE**, que descreve a forma de contabilização das receitas de aplicações financeiras dos convênios utilizada para o FECOEP - Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da **DESENVOLVE** é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **DESENVOLVE** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a **DESENVOLVE** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da **DESENVOLVE** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- (a) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- (b) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **DESENVOLVE**.
- (c) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

(d) Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **DESENVOLVE** a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maceió/AL, 15 de março de 2017.

**CONVICTA**  
Auditores Independentes S/S  
CRC/AL - nº 196 – CVM 7.706



**Carlos Henrique do Nascimento**  
Contador - CRC/AL- nº 3.376 | CNAI 594

✓ **Demonstrações Financeiras e  
Notas Explicativas**



## AGÊNCIA DE FOMENTO DE ALAGOAS S.A.

CNPJ 10.769.660/0001-95

### Balancos Patrimoniais

Findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/12/2016	31/12/2015	Passivo	Notas	31/12/2016	31/12/2015
<b>Circulante</b>		<b>36.523</b>	<b>33.956</b>	<b>Circulante</b>		<b>15.355</b>	<b>8.109</b>
Disponibilidades	4.c	56	113	<b>Obrigações por repasses no país</b>		<b>222</b>	<b>9</b>
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	4.c / 5	<b>31.349</b>	<b>30.321</b>	Obrigações por repasses - BNDES	10.a	105	7
Carteira própria		31.349	30.321	Obrigações por repasses - FINEP	10.b	117	2
<b>Operações de crédito</b>	6	<b>4.139</b>	<b>3.252</b>	<b>Outras Obrigações</b>		<b>15.133</b>	<b>8.100</b>
Setor privado		4.823	3.544	Fiscais e previdenciárias	11.a	407	496
(-) Estimativa c/ perdas p/ créditos de liquid. duvidosa		(684)	(292)	Fundos financeiros e de desenvolvimento - FECOEP	11.b	877	926
<b>Outros créditos</b>	7	<b>931</b>	<b>122</b>	<b>Diversas Obrigações</b>		<b>13.849</b>	<b>6.678</b>
Diversos		931	122	Provisão para pagamentos	11.c.1	239	250
<b>Outros valores e bens</b>	8	<b>48</b>	<b>148</b>	<b>Credores diversos - País</b>	11.c.2	<b>13.610</b>	<b>6.428</b>
Material em estoque		39	12	Subvenção governamental		13.586	6.325
Despesas antecipadas		9	136	Convênio BID		24	103
<b>Não Circulante</b>		<b>18.197</b>	<b>12.678</b>	<b>Não Circulante</b>		<b>2.671</b>	<b>2.036</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>17.861</b>	<b>12.299</b>	<b>Obrigações por repasses no país</b>	10	<b>2.671</b>	<b>2.036</b>
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	5	<b>9.008</b>	<b>7.900</b>	Obrigações por repasses - BNDES	10.a	917	1.000
Carteira própria		9.053	7.945	Obrigações por repasses - FINEP	10.b	1.754	1.036
(-) Estimativa c/ perdas por desvalorização de títulos		(45)	(45)	<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>36.694</b>	<b>36.489</b>
<b>Operações de crédito</b>	6	<b>5.898</b>	<b>3.698</b>	<b>Capital social</b>	14.a	<b>34.880</b>	<b>34.880</b>
Setor privado		6.350	4.049	De domiciliados no país		34.880	34.880
(-) Estimativa c/ perdas p/ créditos de liquid. duvidosa		(452)	(351)	<b>Reservas de Lucros</b>	14.b	<b>1.814</b>	<b>1.609</b>
<b>Outros créditos</b>	7	<b>2.955</b>	<b>700</b>	Reservas legal		153	145
Diversos		2.955	700	Reservas especiais de lucros à disposição da AGO		1.661	1.464
<b>Outros valores e bens</b>	8	<b>-</b>	<b>1</b>				
Despesas antecipadas		-	1				
<b>Imobilizado</b>	9	<b>288</b>	<b>329</b>				
Imobilizações de uso		1.226	1.146				
(-) Depreciações acumuladas		(938)	(817)				
<b>Intangível</b>	9	<b>48</b>	<b>50</b>				
Ativos intangíveis		559	559				
(-) Amortização acumulada		(511)	(509)				
<b>Total do Ativo</b>		<b>54.720</b>	<b>46.634</b>	<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>54.720</b>	<b>46.634</b>

\*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## AGÊNCIA DE FOMENTO DE ALAGOAS S.A.

CNPJ 10.769.660/0001-95

### Demonstrações de Resultados Findas em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	Notas	<u>2016</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
		<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	<u>Exercício</u>
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		<b>2.939</b>	<b>5.801</b>	<b>5.623</b>
Operações de crédito		1.027	1.899	1.643
Resultado das operações com títulos e valores mobiliários		1.912	3.902	3.980
<b>(-) Despesas da intermediação financeira</b>		<b>(668)</b>	<b>(815)</b>	<b>(225)</b>
Operações de Empréstimos e Repasses		(69)	(136)	(86)
Estimativa com perdas para créditos de liquidação duvidosa líquida		(599)	(679)	(139)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>2.271</b>	<b>4.986</b>	<b>5.398</b>
<b>(-) Despesas operacionais e outras receitas</b>		<b>(1.644)</b>	<b>(3.979)</b>	<b>(3.662)</b>
Despesas de pessoal	16	(1.740)	(3.418)	(2.851)
Outras despesas administrativas	16	(1.142)	(2.015)	(1.769)
Despesas tributárias	16	(147)	(287)	(264)
Despesas de depreciação e amortização	16	(40)	(123)	(204)
Outras despesas operacionais	16	(18)	(320)	(672)
(+) Outras receitas operacionais	17	1.431	2.165	2.093
(+) Receitas de prestações de serviços		12	19	5
<b>Resultado operacional</b>		<b>627</b>	<b>1.007</b>	<b>1.736</b>
<b>(+) Resultado não operacional</b>	18	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(10)</b>
Despesas não operacionais		(30)	(84)	(85)
Receitas não operacionais		30	84	75
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>		<b>627</b>	<b>1.007</b>	<b>1.726</b>
<b>(-) Imposto de renda e contribuição social</b>	12	<b>(533)</b>	<b>(839)</b>	<b>(881)</b>
Imposto de renda		(288)	(451)	(515)
Contribuição social		(245)	(388)	(366)
<b>Lucro líquido do período</b>		<b>94</b>	<b>168</b>	<b>845</b>
<b>Resultado por lote de mil ações (3.487.990 ações)</b>		<b>0,0269</b>	<b>0,0482</b>	<b>0,2423</b>

\*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## AGÊNCIA DE FOMENTO DE ALAGOAS S.A.

CNPJ 10.769.660/0001-95

### Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Findas em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	Notas	Reservas de Lucros			Lucros (ou Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
		Capital Social	Legal	Especiais de Lucro		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>		<b>34.880</b>	<b>103</b>	<b>661</b>	-	<b>35.644</b>
Lucro líquido do período					845	<b>845</b>
<b>Destinação:</b>						
Reservas			42	803	(845)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>		<b>34.880</b>	<b>145</b>	<b>1.464</b>	-	<b>36.489</b>
<b>Mutações do período</b>		-	<b>42</b>	<b>803</b>	-	<b>845</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>		<b>34.880</b>	<b>145</b>	<b>1.464</b>	-	<b>36.489</b>
Ajustes de exercícios anteriores				37		<b>37</b>
Lucro líquido do período					168	<b>168</b>
<b>Destinação:</b>						
Reservas			8	160	(168)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>		<b>34.880</b>	<b>153</b>	<b>1.661</b>	-	<b>36.694</b>
<b>Mutações do período</b>		-	<b>8</b>	<b>197</b>	-	<b>205</b>
<b>Saldos em 01 de julho de 2016</b>		<b>34.880</b>	<b>149</b>	<b>1.534</b>	-	<b>36.563</b>
Ajustes de exercícios anteriores	15			37		<b>37</b>
Lucro líquido do período					94	<b>94</b>
<b>Destinação:</b>						
Reservas			4	90	(94)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	14	<b>34.880</b>	<b>153</b>	<b>1.661</b>	-	<b>36.694</b>
<b>Mutações do período</b>		-	<b>4</b>	<b>127</b>	-	<b>131</b>

\*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## AGÊNCIA DE FOMENTO DE ALAGOAS S.A.

CNPJ 10.769.660/0001-95

### Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Findas em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	Notas	<u>2016</u> <u>2º Semestre</u>	<u>2016</u> <u>Exercício</u>	<u>2015</u> <u>Exercício</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro líquido do período		94	168	845
<b>Ajustes do lucro líquido do exercício</b>				
Estimativa c/ perdas p/ créd. de liquid. duvidosa (-) reversão		599	679	139
Perdas por desvalorização com títulos e valores mobiliários		-	-	45
Resultado não-operacional líquido		-	-	10
Depreciação e amortização	9	40	123	204
Ajuste de Exercícios Anteriores	15	37	37	-
<b>Lucro líquido ajustado do período</b>		<u><b>770</b></u>	<u><b>1.007</b></u>	<u><b>1.243</b></u>
<b>Variação nas contas ativas e passivas</b>				
<b>Ativas</b>				
Títulos e valores mobiliários		(576)	(1.108)	7.014
Operações de crédito		(1.910)	(3.580)	(1.067)
Créditos baixados como prejuízo		(30)	(186)	(291)
Outros créditos		(3.216)	(3.064)	(755)
Outros valores e bens		34	101	170
<b>Passivas</b>				
Repasso do país		833	848	1.042
Outras obrigações		6.790	7.033	1.509
<b>Caixa gerado nas atividades operacionais</b>		<u><b>2.695</b></u>	<u><b>1.051</b></u>	<u><b>8.865</b></u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>				
Títulos e valores mobiliários		-	-	(7.945)
Aquisição de imobilizado	9	-	(80)	(98)
<b>Caixa aplicado nas atividades de investimentos</b>		<u><b>-</b></u>	<u><b>(80)</b></u>	<u><b>(8.043)</b></u>
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa no período</b>		<u><b>2.695</b></u>	<u><b>971</b></u>	<u><b>822</b></u>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	4.c	28.710	30.434	29.612
Caixa e equivalente de caixa no final do período	4.c	<u>31.405</u>	<u>31.405</u>	<u>30.434</u>
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa no período</b>		<u><b>2.695</b></u>	<u><b>971</b></u>	<u><b>822</b></u>

\*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.





# AGÊNCIA DE FOMENTO DE ALAGOAS S/A (DESENVOLVE)

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Findas em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

(Em milhares de reais)

### **1. Contexto Operacional**

A Agência de Fomento de Alagoas S/A é uma Instituição Financeira de capital fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, criada pela Lei Estadual nº 6.488 de 16 de junho de 2004. Teve seu funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil em 25 de março de 2009. É regida pelas Resoluções nº 2.828 de 30 de março de 2001, alterada pelas Resoluções nº 3.757 de 01 de julho de 2009 e nº 3.834 de 28 de janeiro de 2010, do Conselho Monetário Nacional (CMN). Em 30 de agosto de 2012, através da Lei 7.409, a Entidade passou a denominar-se Agência de Fomento de Alagoas S/A – AFAL para Agência de Fomento de Alagoas S/A.

A Agência de Fomento de Alagoas S/A tem como objetivo fomentar o desenvolvimento econômico e social do Estado de Alagoas, através de financiamento aos setores público e privado, podendo praticar operações de recursos captados no país e no exterior, originários de:

- a. Fundos constitucionais;
- b. Orçamento estadual e municipal; e
- c. Organismos e instituições nacionais e internacionais de desenvolvimento.

Também faz parte do objeto social à prestação de garantias, prestação de serviços de consultorias, bem como exercer o papel de agente financeiro e administrador de fundos de desenvolvimento.

A Agência é uma instituição financeira supervisionada e regulada pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Ela é ligada ao Governo do Estado de Alagoas, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo.

Para melhor atingir seus objetivos, a Agência trabalha em parceria com organismos internacionais, como o Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID/Fumin) e outras entidades nacionais, como a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

### **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras**

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis nºs 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às resoluções, normas e instruções do CMN e do BACEN, e

a) As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; e provisões cíveis, tributárias e trabalhistas, quando aplicáveis. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.



**b)** As demonstrações financeiras foram elaboradas com a incorporação dos recursos recebidos do governo estadual, os quais foram tratados como subvenção governamental, tendo os saldos patrimoniais, em 31 de dezembro de 2013, apresentados no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM – sido incorporados, em 01 de janeiro de 2014, àqueles apresentados de acordo com o COSIF. E as receitas e as correspondentes despesas passaram a ser contabilizados, de forma simultânea, com base no Regime de Contabilidade da Competência, independentemente de recebimento ou pagamento, ou seja, no momento do fato gerador, em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em especial a NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais.

**c)** As demonstrações financeiras da Agência de Fomento de Alagoas S/A foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 02 de março de 2017.

### **3. Alterações na Lei das S/A (Lei nº 6.404/76)**

A Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007 e a Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, alteraram diversos dispositivos da Lei nº 6.404/76. Com vistas a regular essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) editou diversos pronunciamentos contábeis, que foram recepcionados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) como Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral, alguns dos quais já foram revistos.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu normas e interpretações contábeis, alinhadas às normas internacionais de contabilidade, que foram aprovadas por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade. O BACEN recepcionou os seguintes pronunciamentos, observados parcialmente pela Agência de Fomento de Alagoas S/A, quando aplicável: (a) Redução ao Valor Recuperável de Ativos – CPC 01; (b) Demonstração dos Fluxos de Caixa – CPC 03; (c) Divulgação sobre Partes Relacionadas – CPC 05; (d) Pagamento Baseado em Ações – CPC 10; (e) Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – CPC 23; (f) Evento Subsequente – CPC 24; (g) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – CPC 25; (h) Benefícios a Empregados – CPC 33 e (i) Pronunciamento Conceitual Básico - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – CPC 00.

### **4. Principais Práticas Contábeis**

As operações foram contabilizadas em observância às práticas consubstanciadas no COSIF e emanadas das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), dentre as quais se destacam:

#### **a) Moeda Funcional e de Apresentação**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (milhares), que é a moeda funcional da Instituição e, quando existentes, operações em moeda estrangeira são convertidas para reais, de acordo com as taxas de câmbio da moeda local; e os ganhos e perdas resultantes do processo de conversão são alocados no resultado do período.

#### **b) Apuração do Resultado**

**b.1.)** Em conformidade com o Regime de Competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento, com exceção das rendas provenientes das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, que são registradas como receita efetiva, somente na data do seu recebimento.



**b.2.)** As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

**b.3.)** As operações indexadas a moedas estrangeiras, quando existentes, são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

**b.4.)** A contabilização dos recursos de convênios, para execução de projetos e atividades, são contabilizados no momento do respectivo recebimento, em bancos conta movimento, e tendo como contrapartida conta de passivo (convênios); enquanto as receitas de aplicações financeiras em conta de aplicação financeira (ativo) contra conta de passivo (convênios), exceto quanto o convênio FECOEP - Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, que contabilizou, até o 2º semestre de 2015, as receitas da aplicações financeiras, em conta de aplicação financeira (ativo) e a contrapartida em conta de resultado (receitas financeiras), em consonância com: (a) as práticas contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, a qual a Instituição também está subordinada, e (b) com a forma que foi estabelecida para o repasse do referido recurso a essa Agência.

### **c) Caixa e Equivalentes de Caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações em títulos e valores mobiliários de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a 90 dias, entre a data de aquisição e a data de vencimento, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O caixa e equivalentes de caixa estavam assim compostos:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<b>Caixa e Equivalente de Caixa</b>		
Disponibilidades - Depósitos Bancários	56	113
Títulos e Valores Mobiliários	<u>31.349</u>	<u>30.321</u>
<b>Total</b>	<u><b>31.405</b></u>	<u><b>30.434</b></u>

### **d) Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata**

As aplicações financeiras de liquidez imediata, quando existentes, são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por estimativa para perdas, quando aplicável.

### **e) Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários**

A carteira própria está composta de títulos de renda fixa de fundos de investimento. Em cumprimento ao estabelecido no inciso V, do art. 3º, da Resolução nº 2.828/01, com a redação dada pela Resolução nº 3.834/10, do Conselho Monetário Nacional, a Agência de Fomento de Alagoas S/A, aplica suas disponibilidades de caixa em cotas de fundos de investimentos, formada exclusivamente por títulos públicos federais. Os fundos de investimento são registrados pelo valor da cota divulgada pelo administrador.

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Instituição, que é a de mantê-los até o vencimento, e não são ajustados pelo valor de mercado.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários são apropriados observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.



As agências de fomento estão dispensadas da aplicação da Circular BACEN nº 3.068/01, a qual estabelece que os títulos e valores mobiliários devem ser classificados dentro das seguintes categorias: títulos para negociação, disponíveis para a venda e mantidos até o vencimento, sendo que para as duas primeiras categorias deve ocorrer o ajuste ao valor de mercado; os quais também foram instituídos pela Lei nº 11.638/07.

#### **f) Direitos e Obrigações**

Os direitos estão demonstrados pelos valores de realização e as obrigações estão demonstradas pelos valores de exigibilidades, estes últimos atualizados até a data do balanço.

#### **g) Operações de Crédito**

As operações de crédito estão registradas ao valor do principal, incorporando os rendimentos auferidos até a data do balanço em razão da fluência dos prazos das operações.

Não são apropriados os rendimentos e encargos de operações com atraso igual ou superior a 60 dias. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações de crédito estão classificadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, a qual requer uma análise periódica da carteira e de sua classificação em níveis de riscos, variando de “AA” (risco mínimo) a “H” (risco máximo), bem como classificação das operações com atraso superior a 15 dias, como operações de curso anormal.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682/99, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. As renegociações de operações de crédito, anteriormente baixadas contra a provisão, são classificadas como nível “H”. Os eventuais ganhos provenientes de renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

#### **h) Estimativa com Perdas para Créditos de Liquidação Duvidosa**

A estimativa com perdas para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em consideração às normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito, observada as determinações legais estabelecidas pelas Resoluções nºs 2.682/99 e 2.697/00, ambas do CMN.

Face à característica do crédito concedido e à baixa inadimplência da carteira, a Instituição optou por não constituir provisão adicional aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução nº 2.682/99, do CMN.

#### **i) Imobilizado em Uso**

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a Entidade.

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, sendo:

- Móveis e utensílios e equipamentos - 10% ao ano;
- Sistemas de comunicação (equipamentos de comunicação) - 10% ao ano; e



- Sistemas de processamento de dados (equipamentos de informática) - 20% ao ano.

#### **j) Ativo Intangível**

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Os ativos intangíveis existentes possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos desembolsos para aquisição de direitos de *softwares*, amortizados pelo método linear à taxa de 25% ao ano a partir da data da sua disponibilidade para uso.

Quando aplicável, os gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo, quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao mesmo, que serão amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

#### **k) Redução do Valor Recuperável (*Impairment*)**

Ao final do período a Instituição verificou se houve alguma indicação de perda relevante no valor recuperável dos seus ativos; tendo a Administração avaliado e concluído que não houve necessidade de ajustá-los ao seu valor recuperável.

#### **l) Imposto de Renda e Contribuição Social**

A Agência está sujeita ao regime de tributação com base no lucro real e reconhece a provisão para imposto de renda mensalmente pelo regime de competência à alíquota de 15% mais adicional de 10%, este último quando aplicável. A contribuição social foi calculada sobre o lucro ajustado antes do imposto de renda, na forma da legislação, à alíquota de 20%, em consonância com a Lei nº 13.169/15.

Conforme faculta a legislação tributária, a Instituição, optou pelo recolhimento mensal do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com base na estimativa da receita, a título de antecipação do efetivo pagamento, devido no ajuste anual.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

#### **m) PIS e COFINS**

As contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) são recolhidas mensalmente, com base na sistemática cumulativa sujeitando-se às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, incidente sobre o faturamento, permitindo-se a dedução das despesas estabelecidas na legislação tributária.

#### **n) Subvenção Governamental**

A subvenção governamental recebida do Governo do Estado de Alagoas é destinada a compensação de despesas da Instituição, sendo reconhecida como receita ao longo do período necessário e confrontada com as despesas que pretende compensar, em consonância com o previsto no CPC 07 – Subvenção e Assistência Governamentais.



## o) Utilização de Estimativas

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as estimativas para créditos de liquidação duvidosa, provisões e contingências passivas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente, ou seja, ao término de cada semestre.

## p) Contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais, são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingente e Ativos Contingentes, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, do CMN, sendo:

- ✓ **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- ✓ **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- ✓ **Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- ✓ **Obrigações Legais:** provisão para riscos fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

## q) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão – CPC 24 – Eventos Subsequentes.

São compostos por: (a) eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e (b) eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

A Administração entende que não houve qualquer evento subsequente que requeresse ajustes ou divulgações para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2016.





## r) Continuidade Operacional

As demonstrações financeiras foram elaboradas pela Administração de acordo com a base contábil de continuidade operacional, ou seja, com base no pressuposto de que a entidade está operando e continuará a operar em futuro previsível e de que a Administração não pretende liquidar a entidade ou interromper as operações; e envolveu o julgamento, em determinado momento, sobre resultados futuros inerentemente incertos de eventos ou condições.

## 5. Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de dezembro de 2016, a carteira de títulos e valores mobiliários estava assim composta:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<b><u>Cotas de Fundo de Investimento - CP</u></b>		
BB Institucional Federal Fundo de Invest. – Renda Fixa	-	17.326
BB Fundo de Renda Fixa - BID	3	83
Fundo BB - SP	12.407	-
Caixa Institucional Titulos Publicos - Renda Fixa	9.237	7.458
Caixa FIC Ideal - Renda Fixa (Convênios Fecoop)	9.702	5.454
<b>Sub-total</b>	<b><u>31.349</u></b>	<b><u>30.321</u></b>
<b><u>Títulos Mantidos Até o Vencimento - LP</u></b>		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT-B	9.053	7.945
(-) Estimativa c/ perdas por desvalorização de títulos	(45)	(45)
<b>Sub-total</b>	<b><u>9.008</u></b>	<b><u>7.900</u></b>
<b>Total</b>	<b><u>40.357</u></b>	<b><u>38.221</u></b>
<b>Circulante</b>	<b>31.349</b>	<b>30.321</b>
<b>Realizável a Longo Prazo - Não Circulante</b>	<b><u>9.008</u></b>	<b><u>7.900</u></b>

As Cotas do Fundo de Renda Fixa e Letras Financeiras do Tesouro são custodiadas pelo Banco do Brasil S/A e lastreados em títulos públicos federais.

Em 31 de dezembro de 2016, a Instituição não possuía em aberto operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

## 6. Operações de Crédito

As operações de crédito em 31 de dezembro de 2016 estavam assim compostas:



### a) Composição da Carteira por Tipo

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<b>Setor Privado</b>		
Empréstimos - Recursos Próprios	6.789	5.411
(-) Estimativa com Perdas	(1.000)	(529)
Empréstimos - Repasses - BNDES	2.525	1.142
Empréstimos - Repasses - FINEP	1.859	1.039
(-) Estimativa com Perdas	(136)	(113)
<b>Total</b>	<b>10.037</b>	<b>6.950</b>
Circulante	4.823	3.544
(-) Estimativa com Perdas - Circulante	(684)	(292)
Não Circulante	6.350	4.049
(-) Estimativa com Perdas - Não Circulante	(452)	(351)
<b>Total</b>	<b>10.037</b>	<b>6.950</b>

### b) Composição da Carteira por Setor de Atividade

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<b>Setor Privado</b>		
Indústria*	5.168	4.094
Comércio*	1.150	512
Outros Serviços*	2.041	552
Rural*	1.209	513
Pessoa Física	1.605	1.922
<b>Total</b>	<b>11.173</b>	<b>7.593</b>
(-) Estimativa com Perdas	(1.136)	(643)
<b>Total</b>	<b>10.037</b>	<b>6.950</b>

\*Inclui operações com pessoas físicas em processo de formalização.

### c) Composição da Carteira por Vencimento

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<b>Vincendas</b>		
Até 30 dias	1.053	469
De 31 a 60 dias	315	277
De 61 a 90 dias	339	294
De 91 a 120 dias	325	317
De 121 a 150 dias	384	307
De 151 a 180 dias	377	319
Acima de 180 dias	8.380	5.610
<b>Total</b>	<b>11.173</b>	<b>7.593</b>
(-) Estimativa com Perdas	(1.136)	(643)
<b>Total</b>	<b>10.037</b>	<b>6.950</b>





#### d) Composição da Carteira por Nível de Risco

Classificação de Risco	Provisão %	31/12/2016			31/12/2015		
		Valor das Operações	% de Part.	Valor da Provisão	Valor das Operações	% de Part.	Valor da Provisão
A	0,5	7.697	68,89%	39	4.203	55,35%	21
B	1	575	5,15%	6	2.231	29,38%	22
C	3	473	4,23%	14	316	4,16%	9
D	10	344	3,08%	34	170	2,24%	17
E	30	1.262	11,30%	379	27	0,36%	8
F	50	195	1,75%	98	157	2,07%	79
G	70	202	1,81%	141	7	0,09%	5
H	100	425	3,80%	425	482	6,35%	482
<b>Total</b>	-	<b>11.173</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.136</b>	<b>7.593</b>	<b>100,00%</b>	<b>643</b>
Estimativa		(1.136)	(10,17%)		(643)	(8,47%)	
<b>Total</b>		<b>10.037</b>	<b>89,83%</b>		<b>6.950</b>	<b>91,53%</b>	

A carteira de crédito, em 31 de dezembro de 2016, teve um crescimento de cerca de 47,15% em relação ao mesmo período do ano anterior (16,35%, em 2015), e a estimativa com perdas para operações de crédito de liquidação duvidosa indicou 10,17% da carteira de crédito naquela data (8,47%, em 2015).

#### e) Concentração dos maiores tomadores de crédito

	31/12/2016		31/12/2015	
	Valor	%	Valor	%
Maior	1.734	15,52%	1.727	22,74%
5 maiores seguintes	3.889	34,81%	2.417	31,83%
10 maiores seguintes	1.567	14,02%	1.379	18,16%
15 maiores seguintes	1.035	9,26%	746	9,82%
20 maiores seguintes	440	3,94%	322	4,24%
30 maiores seguintes	330	2,95%	254	3,35%
Demais	2.178	19,50%	748	9,86%
<b>Total</b>	<b>11.173</b>	<b>100,00%</b>	<b>7.593</b>	<b>100,00%</b>
(-) Estimativa com Perdas	(1.136)	(10,17%)	(643)	(8,47%)
<b>Total</b>	<b>10.037</b>	<b>89,83%</b>	<b>6.950</b>	<b>91,53%</b>

#### f) Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa – Operações de Crédito

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Saldo no Início do Período</b>	<b>643</b>	<b>795</b>
Estimativa com Perdas Constituída	1.876	1.605
(-) Reversão da Estimativa com Perdas	(1.197)	(1.466)
<b>Total da Estimativa Líquida no Exercício</b>	<b>679</b>	<b>139</b>
Créditos Baixados para Prejuízo	(186)	(291)
<b>Saldo Final do Período</b>	<b>1.136</b>	<b>643</b>



No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 houve recuperação de créditos que tinham sido baixados como prejuízo, no montante de R\$ 36 mil e R\$ 2.034 mil foram renegociados.

## 7. Outros Créditos

Nesse subgrupo são registrados os valores a receber do Governo do Estado de Alagoas a título de subvenção governamental, que estão provisionados, e adiantamentos diversos.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<b>Diversos</b>		
Rendas a Receber	60	-
Adiantamentos para Férias	27	-
Adiantamentos para Fornecedores	11	13
Adiantamentos para Viagens	1	1
Repasse Recursos - FECOEP	753	-
Devedores Diversos - País - Subvenção Governamentais	79	108
<b>Sub-total - Circulante</b>	<u>931</u>	<u>122</u>
Repasse Recursos - FECOEP	2.955	700
<b>Sub-total - Não Circulante</b>	<u>2.955</u>	<u>700</u>
<b>Total</b>	<u>3.886</u>	<u>822</u>

## 8. Outros Valores e Bens

Estão registrados nesta rubrica o valor dos bens em estoque e as despesas antecipadas, como exposto no quadro a seguir:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<b>Diversos</b>		
Material em Estoque	39	12
Despesas Antecipadas	9	136
<b>Sub-total - Circulante</b>	<u>48</u>	<u>148</u>
Despesas Antecipadas	-	1
<b>Sub-total - Não Circulante</b>	<u>-</u>	<u>1</u>
<b>Total</b>	<u>48</u>	<u>149</u>

## 9. Imobilizado e Intangível

O quadro a seguir demonstra a movimentação do imobilizado e intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas depreciações e amortizações:



	<u>31/12/2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2015</u>
<b>Imobilizado</b>				
Móveis e Equipamentos	213	-	-	213
Sistema de Comunicação	12	4	-	8
Sistema de Proc. de Dados	909	-	-	909
Sistema de Segurança	16	-	-	16
Sistema de Transporte	76	76	-	-
(-) Depreciação Acumulada	(938)	(121)		(817)
<b>Sub-total</b>	<b>288</b>	<b>(41)</b>	<b>-</b>	<b>329</b>
<b>Intangível</b>				
Outros Ativos Intangíveis	559	-	-	559
(-) Amortização Acumulada	(511)	(2)		(509)
<b>Sub-total</b>	<b>48</b>	<b>(2)</b>	<b>-</b>	<b>50</b>
<b>Total</b>	<b>336</b>	<b>(43)</b>	<b>-</b>	<b>379</b>

A seguir é demonstrada a movimentação do imobilizado e intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

	<u>31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2014</u>
<b>Imobilizado</b>				
Móveis e Equipamentos	213	15	(9)	207
Sistema de Comunicação	8		(11)	19
Sistema de Proc. de Dados	909	83	(8)	834
Sistema de Segurança	16			16
(-) Depreciação Acumulada	(817)	(183)	18	(652)
<b>Sub-total</b>	<b>329</b>	<b>(85)</b>	<b>(10)</b>	<b>424</b>
<b>Intangível</b>				
Outros Ativos Intangíveis	559			559
(-) Amortização Acumulada	(509)	(21)		(488)
<b>Sub-total</b>	<b>50</b>	<b>(21)</b>	<b>-</b>	<b>71</b>
<b>Total</b>	<b>379</b>	<b>(106)</b>	<b>(10)</b>	<b>495</b>

## 10. Obrigações por Repasses no País

As obrigações por repasses no país referem-se a recursos captados, pela Instituição, junto:

a) ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, conforme contrato assinado em 16 de setembro de 2011, no valor de R\$ 5.015 mil, e aditado, com carência até 15 de setembro de 2017, início de amortização em 16 de outubro de 2017 e prazo de 36 meses, para realização de operações de microcrédito produtivo e orientado destinado às pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, cujo saldo em 31 de dezembro de 2016, era:



Classificação	31/12/2016			31/12/2015		
	Saldo	Encargos	Vencimento	Saldo	Encargos	Vencimento
Curto Prazo	83	22	Até 31/12/2017	-	7	Até 31/12/2016
Longo Prazo	917	-	Após 31/12/2017	1.000	-	Após 31/12/2016
	<b>1.000</b>	<b>22</b>		<b>1.000</b>	<b>7</b>	

Em setembro de 2014 parte dos recursos captados junto ao BNDES foi pago, no valor total de R\$ 1.000 mil, teve prorrogada a amortização do principal por mais 36 meses, contados a partir de 16 de outubro de 2017, conforme termo aditivo firmado.

b) a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, para realização de operações do Programa INOVACRED, destinado a empresas que apresentem projetos de inovação, e que, em 31 de dezembro de 2016, apresentava o seguinte saldo:

Indexador	Classificação	31/12/2016			31/12/2015		
		Saldo	Encargos	Vencimento	Saldo	Encargos	Vencimento
Pós-fixado	Curto Prazo	99	18	Até 31/12/2017	-	2	Até 31/12/2016
Pós-fixado	Longo Prazo	1.754	-	Após 31/12/2017	1.036	-	Após 31/12/2016
<b>Total</b>		<b>1.853</b>	<b>18</b>		<b>1.036</b>	<b>2</b>	

## 11. Outras Obrigações

Nesse subgrupo apresentam-se as obrigações tributárias a recolher, obrigações e provisões junto a fornecedores e pessoal, fundos financeiro e de desenvolvimento – FECOEP, subvenção governamental e convênio BID, como demonstrado a seguir:

### a) Fiscais e Previdenciárias

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Imposto de Renda - Lucro Real	134	190
Contribuição Social - Lucro Real	177	196
Impostos e contribuições sobre serviços	2	12
Impostos e contribuições sobre salários	67	73
Outros Impostos e Contribuições (PIS, COFINS e IOF)	27	25
<b>Total</b>	<b><u>407</u></b>	<b><u>496</u></b>

### b) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento

O valor de R\$ 877 mil em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 926, em 2015), do FECOEP, refere-se à devolução de recurso do Convênio que foi realizada à Agência de Fomento de Alagoas S/A, no convênio firmado com a Ande (Ande – Operadora de Microcrédito da Visão Mundial) e a Visão Mundial. O referido montante tem por objetivo financiar empreendedores dos grupos de oportunidade local para o desenvolvimento do Projeto Alagoas Cidadã, bem como para repasse às Cooperativas de Crédito para aplicação junto a beneficiários finais e reforço de suas carteiras de crédito.

A variação de R\$ 49 mil, nessa rubrica, refere-se aos rendimentos do saldo aplicado e despesas do convênio, dando continuidade ao Projeto Alagoas Cidadã.



### c) Diversas Obrigações

#### c.1) Provisão para pagamentos

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Provisão com pessoal e encargos	157	108
Provisão para pagamento a fornecedores	82	142
<b>Total</b>	<b><u>239</u></b>	<b><u>250</u></b>

#### c.2) Credores Diversos – País

Esse subgrupo apresenta os recursos de subvenções governamentais recebidos do Governo do Estado de Alagoas para despesas de custeio, de capital e pessoal, e recursos do BID Fumin, como demonstrado no quadro a seguir.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Recursos Convênio BID	24	103
Subvenção Governamental	13.586	6.325
<b>Total</b>	<b><u>13.610</u></b>	<b><u>6.428</u></b>

### 12. Imposto de Renda e Contribuição Social

É demonstrada a seguir a base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social, com base no Lucro Real em 31 de dezembro de 2016:

	<u>31/12/2016</u>		<u>31/12/2015</u>	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Apuração do Resultado	619	1.007	1.361	1.727
Adições	2.523	2.134	2.576	2.210
Exclusões	(1.197)	(1.197)	(1.726)	(1.726)
<b>Lucro Líquido Ajustado</b>	<b>1.945</b>	<b>1.944</b>	<b>2.211</b>	<b>2.211</b>
IRPJ - Alíquota 15%	292	-	332	332
CSLL - Alíquota 20%	-	388	-	34
IRPJ Adicional de 10% (S/ o lucro real acima de R\$ 240 mil)	171	-	197	-
<b>Sub-total</b>	<b>462</b>	<b>388</b>	<b>529</b>	<b>366</b>
(-) Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT	(11)	-	(14)	-
<b>Total</b>	<b>451</b>	<b>388</b>	<b>515</b>	<b>366</b>

### 13. Provisões e Passivos Contingentes

A Administração da Entidade apoiada em opinião da assessoria jurídica, em consonância com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, entende que não existem processos que se caracterizam como provisões e passivos contingentes que satisfaçam os critérios de reconhecimento.

Nº do Processo	Vara	Área	<u>31/12/2016</u>		<u>31/12/2015</u>	
			Progn.	Valor	Progn.	Valor
0700058-17.2014.8.02.0041	Capela	Cível	Remota	-	Possível	167



## 14. Patrimônio Líquido

### a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social, subscrito e integralizado, é de R\$ 34.880 mil, representado por 3.487.990 ações ordinárias nominativas, assim composto:

	<u>31/12/2016</u>	<u>%</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>%</u>
Governos do Estado de Alagoas	34.872	99,98%	34.872	99,98%
Outros Acionistas - Setor Privado	8	0,02%	8	0,02%
<b>Total</b>	<b>34.880</b>	<b>100%</b>	<b>34.880</b>	<b>100%</b>

### b) Reservas de Lucros

A reserva legal é constituída no percentual de 5% sobre o lucro líquido do exercício, após absorção do prejuízo acumulado, limitada a 20% do capital social, e em 31 de dezembro de 2016, somava R\$ 153 mil, ou seja, 0,44% do capital social realizado.

A reserva especial refere-se ao lucro remanescente após a constituição da reserva legal, no valor de R\$ 1.661 mil, permanecendo nessa condição até que a assembleia geral de acionistas delibere por sua destinação definitiva, em conformidade com as disposições estatutárias.

### c) Resultado do Exercício

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Instituição apresentou um resultado contábil líquido no valor de R\$ 168 mil (em 2015, de R\$ 845 mil), o que representa um lucro líquido por lote de mil ações de R\$ 0,0482 (em 2015, de R\$ 0,2423).

## 15. Ajustes de Exercícios Anteriores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a Instituição realizou ajustes de exercícios anteriores referente ao valor de R\$ 37 mil que deixou de ser registradas no resultado de exercícios anteriores, relacionado a subvenções governamentais de bens imobilizados.

## 16. Despesas Operacionais

As despesas operacionais da Instituição, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, estavam assim compostas:



Despesas Operacionais						
	31/12/2016			31/12/2015		
	Recursos Próprios	Subvenções Govern.	Total	Recursos Próprios	Subvenções Govern.	Total
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>(4.239)</b>	<b>(1.924)</b>	<b>(6.163)</b>	<b>(3.728)</b>	<b>(2.032)</b>	<b>(5.760)</b>
Despesas de Pessoal	(2.695)	(723)	(3.418)	(2.060)	(791)	(2.851)
Outras Despesas Administrativas	(279)	(298)	(577)	(256)	(197)	(453)
Despesas de serviços de terceiros e especializados	(260)	(240)	(500)	(238)	(169)	(407)
Despesas de aluguel	(130)	(174)	(304)	(91)	(162)	(253)
Despesas tributárias	(285)	(2)	(287)	(263)	(1)	(264)
Despesas de processamento de dados	(153)	(369)	(522)	(197)	(291)	(488)
Despesas de depreciação e amortização	(108)	(15)	(123)	(186)	(18)	(204)
Despesas de viagens	(9)	(103)	(112)	(25)	(143)	(168)
Outras despesas operacionais	(320)	-	(320)	(412)	(260)	(672)

### 17. Outras Receitas Operacionais

Em 31 de dezembro de 2016, as outras receitas operacionais estavam representadas da seguinte forma:

Outras Receitas Operacionais	31/12/2016			31/12/2015		
	Recursos Próprios	Subvenções Govern.	Total	Recursos Próprios	Subvenções Govern.	Total
Outras receitas operacionais	241	1.924	2.165	61	2.032	2.093

### 18. Resultado Não Operacional

Nessa rubrica foram registradas as receitas e despesas realizadas com os recursos do convênio BID-Fumin, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, conforme quadro a seguir:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Despesas Convênio BID Fumin	(84)	(75)
Custo Líquido da Baixa de Imobilizado	-	(10)
<b>Sub-total - Despesas Não Operacionais</b>	<b>(84)</b>	<b>(85)</b>
Receitas Convênio BID Fumin	84	75
<b>Resultado Não Operacional</b>	<b>-</b>	<b>(10)</b>

### 19. Gerenciamento de Capital

Em conformidade com a Resolução do CMN nº 3.988/11 a Instituição definiu sua política de Gerenciamento de Capital com o objetivo de monitorar e controlar o seu capital, mantê-lo compatível com as atividades desenvolvidas e com o seu perfil de riscos.

Dentro do contexto é avaliada a adequação da estrutura de capital às necessidades da Instituição e aos limites exigidos pelo BACEN. São utilizadas como medidas do "capital" o Patrimônio de Referência (PR) que corresponde ao capital à disposição da Agência apurado segundo a Resolução CMN nº 4.192/13, dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal, e institui o Adicional de Capital Principal a ser aplicado em conformidade com a Resolução CMN nº 4.193/13. Em



atendimento aos dispositivos legais, o Patrimônio de Referência Exigido foi calculado, considerando a soma das parcelas de risco de crédito, risco operacional e risco da carteira banking – RBAN, conforme demonstrado a seguir:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Parcela RWA OPAD	7.361	4.884
Parcela RWA CPAD	45.667	36.906
Ativos Ponderados pelo Risco - RWA	53.028	41.790
Patrimônio de Referência Nível I - PR_I	36.693	36.487
Capital Principal	36.693	36.487
Capital Complementar	-	-
Patrimônio de Referência Nível II - PR_II	-	-
Patrimônio de Referência - PR	36.693	36.487
Excesso de Recursos Aplicados no Permanente	-	-
PR para comparação com o RWA	36.693	36.487
Patrimônio de Referência Mínimo Exigido para RWA (III)	5.237	4.597
Parcela RBAN (IV)	69	73
Margem / Insuficiência (I - (II + III + IV))	<u>31.387</u>	<u>31.817</u>
Índice de Basileia	69,19%	87,31%
Índice de Basileia Amplo (com Rban)	<u>68,30%</u>	<u>85,95%</u>
Patrimônio de Referência para o Limite de Imobilizado	36.693	35.642
Limite para Imobilização	18.346	17.821
Situação para Limite de Imobilizado	335	495
Margem / Insuficiência do Limite de Imobilizado	18.012	17.326
Índice de Imobilização	0,910%	1,030%
Fundo de Liquidez Mínimo	1.803	1.015
Obrigações	18.026	10.145
Passivo Circulante e não Circulante	18.026	10.145
Garantia Prestadas	-	-
Coobrigações em Cessões de Crédito	-	-
Titulos Publicos Federais	9.008	7.900
Aplicações em Titulos Publicos Federais no Brasil	9.053	7.945
Aplicações em Titulos Publicos Federais no Exterior	-	-
Estimativa para Desvalorização de Titulos Publicos Federais	(45)	(45)
Margem / Insuficiência para o Fundo de Liquidez	7.205	6.886
Índice do Fundo de Liquidez	<u>49,970%</u>	<u>77,871%</u>

## **20. Gerenciamento de Riscos**

A Instituição segue adotando medidas visando o atendimento aos normativos editados pelo BACEN e o CMN, e que são aderentes à Agência, com melhorias nos processos internos, adequando a estrutura de gestão dos riscos, tornando-a compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, deixando-os proporcionais à dimensão da exposição dos riscos.

Alinhado às orientações do BACEN e aos conceitos do Comitê de Basileia, a Instituição estabeleceu uma política consignando a estrutura de gerenciamento, com as características e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas, aprovada pelo Conselho de Administração, e envolvendo todas as áreas da Instituição num processo contínuo de otimização da gestão de suas atividades com o foco nos controles e mitigação dos riscos.





De maneira unificada ao desenvolvimento de suas atividades, a Instituição tem procurado adotar as melhores práticas relacionadas ao contínuo aperfeiçoamento dos controles internos, e refinamento do processo de gestão de riscos na Organização.

O gerenciamento dos riscos da Instituição é parte da atividade regular de todos os seus colaboradores, com a responsabilidade primária dos gestores das diversas áreas de negócio ou de suporte.

As áreas de gestão de riscos e *compliance* têm por responsabilidade dar o devido suporte às diversas áreas nos assuntos relativos ao mapeamento e mitigação dos riscos. Para tanto, atuam de forma independente e com o acesso aos comitês internos, que se reúnem periodicamente ou quando necessário para discutir, avaliar, monitorar, tomar decisões e executá-las referentes à suas áreas de atuação.

O resultado do teste de estresse mostrou que a Instituição é resistente às variações impostas pelos cenários de condição extrema. Utilizando o Índice de Basileia como indicador para o teste de estresse, podemos concluir que o patrimônio é suficiente para cobrir os riscos existentes nas operações ativas, passivas e registradas em contas de compensação.

### **a) Risco Operacional**

O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal, mas exclui o risco de estratégia e o risco de reputação. A Instituição entende que a atividade de gerenciamento do risco operacional é imprescindível para a geração de valor agregado.

No contexto das disposições estabelecidas pela Resolução nº 3.380/06, do CMN, a Instituição estruturou o gerenciamento do risco operacional através de procedimentos e ações de continuidade do negócio, gerenciado pela área de gestão de riscos.

A Instituição vem mapeando e formalizando o procedimento de gerenciamento do risco operacional, de forma a permitir a avaliação dos riscos e dos controles associados às diversas atividades das áreas envolvidas, além da manutenção dos procedimentos e políticas internas e a busca por uma solução tecnológica para a gestão dos processos operacionais das áreas de crédito, contábil, controladoria e financeiro.

A política de gerenciamento de risco operacional definida contempla a visão gerencial e a cultura de controles, o reconhecimento e avaliação dos riscos, o controle das atividades e segregação de responsabilidades, o processo de informação e comunicação e a necessidade de monitoramento das atividades de controle.

Na gestão do risco operacional, é adotado o mapeamento de processos para que sejam feitas as devidas vinculações e avaliações (impacto e probabilidades) dos riscos em relação aos mesmos. Com isso, a Instituição tem a oportunidade de visualizar o quadro completo de seus riscos operacionais e, assim, promover a gestão sistemática de cada um deles, de acordo com a especificidade de cada caso.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram divulgados os normativos e realizados treinamentos que contribuem para a mitigação dos riscos.

### **b) Risco de Mercado**

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos ativos financeiros da Organização, uma vez que suas operações ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.



Em atendimento às disposições estabelecidas pela Resolução nº 3.464/07, do CMN, foram instituídas diretrizes, metodologias, limites e responsabilidades no âmbito do risco de mercado, apresentadas na política de gerenciamento de riscos.

A política de gerenciamento de risco de mercado implementada na Instituição tem o objetivo de identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição desses riscos, garantindo a existência de mecanismos eficientes para a supervisão e acompanhamento.

Além da definição das diretrizes de gestão, foi implementada a sistematização das regras de apuração da parcela de patrimônio de referência exigido, referente ao risco de mercado, considerando as características das operações existentes, tendo presente os requisitos mínimos estabelecidos pelo BACEN.

Na Instituição, a alocação de capital para cobertura desse risco não se faz necessária, uma vez que as operações da Agência não estão classificadas na carteira de negociação e não estão sujeitas às exposições ao risco. Havendo mudança na estrutura da carteira, a alocação será contemplada de forma a atender a legislação vigente.

### **c) Risco de Crédito**

O risco de crédito é representado pela possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

O gerenciamento de risco de crédito é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico, através de modelos, instrumentos e procedimentos, e exige alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas e preserva a integridade e a independência dos processos.

No contexto das disposições estabelecidas pela Resolução CMN nº 3.721/09, foram instituídos padrões e responsabilidades no âmbito do gerenciamento desse risco.

Em atendimento à política de gerenciamento de riscos, o gerenciamento do risco de crédito baseia-se, inicialmente, no acompanhamento da evolução da carteira de crédito da instituição, com a coleta e armazenamento de dados para projeções e análises futuras.

Em atendimento às disposições da Resolução nº 2.682/99, emitida pelo CMN, a política definida para a gestão do risco de crédito, com metodologia e procedimentos implantados e descritos em manuais internos, encontra-se em construção.

A Instituição possui um sistema de informações onde está em desenvolvimento uma ferramenta mais qualificada para a análise de risco de crédito, que visará uma gestão mais eficiente e eficaz com foco na mitigação desse tipo de risco.

O gerenciamento do risco de crédito da Instituição é otimizado com a utilização de sistema integrado de informação, no acompanhamento da evolução da carteira de crédito, com coleta e armazenamento de dados para projeções e análises futuras.

O risco de crédito também é avaliado nos comitês de crédito, onde são discutidos e se estabelece o perfil das linhas de crédito, além das exigências de garantia. Esse é um processo central da Agência.

A Administração da Instituição entende que a estrutura de gerenciamento de risco de crédito é compatível com a natureza das operações, seus produtos e serviços, visando garantir a integridade dos ativos da Agência.



#### **d) Risco de Liquidez**

Risco de liquidez é representado pela possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como pela possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Em atendimento às disposições estabelecidas pela Resolução nº 4.090/12, do CMN, foram instituídas diretrizes, metodologias, limites e responsabilidades no âmbito do risco de liquidez, apresentadas na política de gerenciamento de riscos.

Foi mapeado e formalizado o procedimento de gerenciamento de risco de liquidez, de forma a se permitir a avaliação dos riscos e dos controles associados às diversas atividades das áreas envolvidas. Também, foram desenvolvidos mecanismos que estruturam o gerenciamento do risco de liquidez através da aplicação de cenários críticos para testes de estresse.

O risco de liquidez é mitigado pelo acompanhamento dos fluxos caixa projetados e realizados, aplicações, saldos bancários, revisão financeira semanal e relatórios mensais de risco de liquidez, com o objetivo de manter a liquidez nos padrões definidos pela Agência.

#### **e) Gerenciamento de Capital**

O processo de gerenciamento de capital é realizado de forma a proporcionar condições para o alcance dos objetivos estratégicos da Organização, levando em consideração o ambiente econômico e comercial onde atua. Esse processo deve ser compatível com a natureza das operações, e complexidades dos produtos, serviços e com a dimensão da exposição a riscos da instituição.

Sob a ótica do BACEN, as instituições financeiras devem manter, permanentemente, capital (patrimônio de referência) compatível com os riscos de suas atividades, representado pelo patrimônio de referência exigido (PRE). O PRE é calculado considerando, no mínimo, a soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Em consonância com a Resolução nº 3.988/11, do CMN, a Agência possui política de gerenciamento de capital aprovada, na qual foram instituídas diretrizes, metodologias, limites e responsabilidades.

A Instituição está empenhada em definir o apetite de risco, nas dimensões de capital, liquidez e resultados, garantindo o alinhamento com a estratégia da Agência, para isso o Diretor de Operações atua também como responsável pela estrutura de gerenciamento de capital.

Ressalte-se que a Instituição está envidando esforços para o fortalecimento da gestão dos riscos, por meio de ciclos de treinamentos, para disseminação da cultura de controle interno e gerenciamento de riscos, sendo a principal diretriz manter sempre o aprimoramento contínuo das atividades e controles.

### **21. Transações com Partes Relacionadas**

A Instituição tem como seu principal acionista o Governo do Estado de Alagoas e no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Agência não realizou transações de qualquer natureza com partes relacionadas.



## **22. Outras Informações**

### **a) Seguro**

A Instituição tem como política manter a cobertura de seguros dos principais ativos, em montante julgado suficiente, pela Administração, para cobrir eventuais riscos.

### **b) Empréstimos ou Adiantamentos**

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras, autorizadas a funcionar pelo BACEN, não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

I) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos seus respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;

II) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e

III) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pela Agência de Fomento de Alagoas S/A empréstimos ou adiantamentos a qualquer parte relacionada, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva, e seus familiares.

Rafael de Góes Brito  
**Diretor Presidente**

Mauricio Cominotti  
**Diretor de Operações**

Sandra Gonçalves Bispo Tenório  
**Contadora CRC/AL nº 4699/O-6**

